



**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeferson Luis Bittencourt

Lígia Helena da Cruz Ourives

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 5, maio 2008. 33 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em maio, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,5 bilhões, contra R\$ 16,9 bilhões obtidos em abril e R\$ 4,2 bilhões em maio de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 19,1 milhões respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central nos primeiros cinco meses de 2008 atingiu R\$ 53,6 bilhões, equivalente a 4,69% do PIB estimado para o período.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2007-2008**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	ABR 2008	MAI 2008	JAN - MAI 2007	JAN - MAI 2008
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>63.541,3</b>	<b>54.830,0</b>	<b>246.231,2</b>	<b>288.738,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>50.766,4</b>	<b>42.038,1</b>	<b>193.806,8</b>	<b>227.504,8</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	51.098,9	42.367,2	196.080,9	228.973,0
I.1.2. (-) Restituições	-332,4	-329,1	-2.274,1	-1.468,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>12.641,6</b>	<b>12.650,0</b>	<b>51.907,5</b>	<b>60.560,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>133,3</b>	<b>141,9</b>	<b>516,9</b>	<b>673,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.442,0</b>	<b>11.894,4</b>	<b>42.669,2</b>	<b>53.796,0</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>53.099,3</b>	<b>42.935,7</b>	<b>203.562,0</b>	<b>234.942,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>36.247,3</b>	<b>37.448,1</b>	<b>166.129,7</b>	<b>181.313,2</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>20.646,3</b>	<b>21.883,6</b>	<b>96.074,6</b>	<b>104.639,9</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.074,9	9.387,7	46.312,0	49.571,7
IV.1.2. Custeio e Capital	11.497,3	12.432,6	49.547,4	54.757,3
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.174,0	1.416,9	5.135,1	6.269,1
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	446,9	422,7	2.367,4	1.967,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.331,1	1.334,0	5.355,7	6.328,1
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.545,3	9.259,0	36.689,1	40.192,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	7.062,1	7.201,8	30.692,7	32.761,0
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.483,2	2.057,2	5.996,4	7.431,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,0	63,3	215,2	310,9
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>15.428,8</b>	<b>15.403,5</b>	<b>69.304,9</b>	<b>75.852,8</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>172,3</b>	<b>161,0</b>	<b>750,2</b>	<b>820,5</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>16.852,0</b>	<b>5.487,5</b>	<b>37.432,4</b>	<b>53.628,7</b>
V.1. Tesouro Nacional	19.678,2	8.260,1	55.063,1	69.068,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.787,2	-2.753,5	-17.397,4	-15.292,9
V.3. Banco Central (4)	-39,0	-19,1	-233,3	-147,3
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,68%</b>	<b>4,69%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2008/2007	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>17,26%</b>
Tesouro	17,39%
Previdência	16,67%
<b>Transferências</b>	<b>26,08%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15,42%</b>
<b>Despesas</b>	<b>9,14%</b>
Benefícios	9,45%
Pessoal	7,04%
Custeio e Capital	10,52%
FAT	22,08%
Subsídios	-16,88%
LOAS/RMV	18,16%
Outras	9,55%
Custeio	6,74%
Capital	23,93%
<b>PIB estimado</b>	<b>12,28%</b>

O resultado do mês de maio refletiu, por um lado, a redução sazonal das receitas do Tesouro Nacional, relativamente a abril e, por outro lado, o incremento nas despesas, principalmente, as de capital. No que se refere às receitas, observou-se decréscimo de R\$ 8,7 bilhões, efeito este localizado na arrecadação: i) do IRPF (R\$ 1,8 bilhão) - devido ao pagamento em abril da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2008; ii) do IRPJ

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	5,41%	6,04%
Previdência Social	-1,71%	-1,34%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
<b>Governo Central</b>	<b>3,68%</b>	<b>4,69%</b>

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/08	MAI/08
<b>Impostos</b>	<b>24.140,0</b>	<b>19.388,9</b>
Imposto de Renda	18.013,2	13.155,1
IPI	3.165,5	3.243,9
Outros	2.961,2	2.989,9
<b>Contribuições</b>	<b>18.456,8</b>	<b>16.237,5</b>
Cofins	9.844,0	9.455,2
CPMF	62,6	74,0
CSLL	4.507,9	2.687,1
Cide - Combustíveis	631,9	660,1
Outras	3.410,4	3.361,0
<b>Demais</b>	<b>8.502,1</b>	<b>6.740,8</b>
Cota parte	3.522,5	1.064,5
Diretamente Arrecadada	3.231,9	1.612,7
Dividendos da União	599,9	1.283,0
Concessões	181,0	1.700,7
Outras	966,8	1.079,9
<b>Total Bruto</b>	<b>51.098,9</b>	<b>42.367,2</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

e CSLL (R\$ 2,2 bilhões e R\$ 1,8 bilhão) - decorrente do pagamento, também em abril, da primeira cota ou cota única referente à apuração trimestral; iii) da cota parte de compensações financeiras (R\$ 2,5 bilhões) em função do recolhimento, no mês de abril, da parcela trimestral da participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e iii) da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) (R\$ 1,7 bilhão) que integra os recursos para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Ainda no que se refere às receitas do Tesouro Nacional, registre-se no mês de maio o pagamento, por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, de licenças para exploração da banda de terceira geração (3G). Tal recolhimento elevou a arrecadação das receitas de concessões em R\$ 1,5 bilhão, comparativamente a abril.

Em relação às despesas do Tesouro Nacional, observou-se acréscimo de R\$ 1,2 bilhão, em relação a abril, assim discriminado: abono e seguro-desemprego (R\$ 242,9 milhões, 20,7%), pessoal e encargos sociais (R\$ 312,8 milhões, 3,4%) e, principalmente, na rubrica “Outras Despesas de Custeio e Capital” (R\$ 713,8 milhões, 8,4%). Vale destacar que, neste último caso, os dispêndios com investimento apresentaram maior dinamismo (R\$ 574,1 milhões, 38,7%) em relação aos gastos com demais despesas de custeio (R\$ 139,7 milhões, 2,0%).

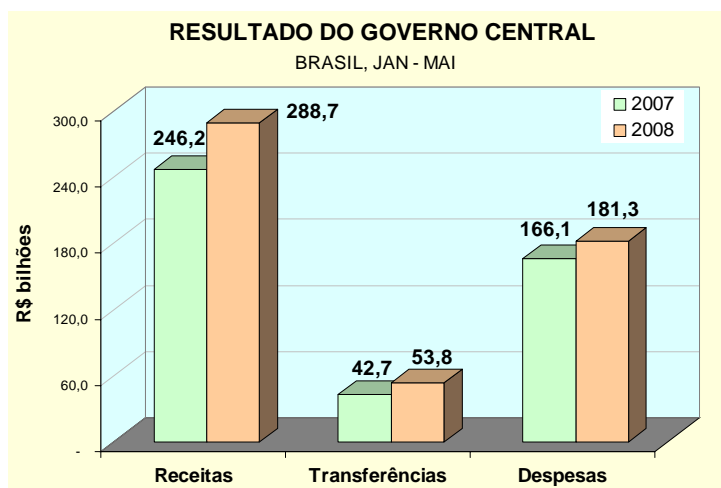
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/08	MAI/08
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>9.074,9</b>	<b>9.387,7</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>11.497,3</b>	<b>12.432,6</b>
Despesas do FAT	1.174,0	1.416,9
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	446,9	422,7
LOAS/RMV	1331,1	1334,0
Outras	8.545,3	9.259,0
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>74,0</b>	<b>63,3</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

No ano, o resultado do Governo Central é 43,3% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 53,6 bilhões contra R\$ 37,4 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 3,68% para 4,69% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 2,8% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,3%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo da mesma magnitude (2,8%).

**PRINCIPAIS VARIÁÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-MAI)**

DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
<b>Receitas</b>	<b>2,3%</b>	<b>4,4%</b>
Tesouro	2,3%	4,6%
Previdência	2,6%	3,9%
<b>Transferências</b>	<b>1,7%</b>	<b>12,3%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,8%</b>
<b>Despesas</b>	<b>2,1%</b>	<b>-2,8%</b>
Benefícios	1,7%	-2,5%
Pessoal	2,2%	-4,7%
Custeio e Capital	2,6%	-1,6%
FAT	4,2%	8,7%
Subsídios	-40,8%	-26,0%
LOAS/RMV	8,6%	5,2%
Outras	6,6%	-2,4%
Custeio	3,9%	-4,9%
Capital	22,7%	10,4%



O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia e da evolução do nível de preços, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos e de manutenção regular do fluxo de arrecadação. Houve crescimento de 31,0% na arrecadação de multa e juros, inclusive da dívida ativa em relação aos primeiros cinco meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram a extinção da CPMF e o aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro. Os principais acréscimos na receita de impostos e contribuições foram: i) Imposto de Importação (32,1%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; ii) IRPF (14,8%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; iii) IRPJ (28,2%) e CSLL (28,1%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento, principalmente das instituições financeiras; iv) IRRF-Rendimento do Trabalho (29,1%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único). Por fim, as demais receitas cresceram 19,7%, em grande medida pelo incremento de R\$ 3,2 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular e R\$ 2,6 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

As transferências a estados e municípios cresceram 26,1% (R\$ 11,1 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (17,4%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,70% do PIB, contra 4,19% do PIB em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 28,3% (R\$ 9,4 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,3%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 8,9% (R\$ 8,6 bilhões) em comparação com os primeiros cinco meses de 2007. Em proporção do PIB, apresentaram decréscimo de 0,28 p.p., passando de 9,43% para 9,15% do PIB. Houve elevação nas despesas vinculadas ao salário-mínimo, tais como abono salarial e seguro-desemprego (22,1%) e LOAS/RMV (18,2%) apresentando crescimento de 0,04 p.p. do PIB e 0,03 p.p. do PIB, respectivamente.

O aumento nominal nas despesas com pessoal e encargos sociais nos cinco primeiros meses do ano foi de 7,0% (R\$ 3,3 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes à reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 4,7% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo que representavam, nos primeiros cinco

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>82.859,8</b>	<b>108.731,8</b>
Imposto de Renda	62.961,6	79.321,5
IPI	12.211,1	15.356,4
Outros	7.687,0	14.053,9
<b>Contribuições</b>	<b>85.810,9</b>	<b>87.433,2</b>
Cofins	39.513,9	47.448,0
CPMF	14.242,4	1.062,4
CSLL	14.255,8	18.265,5
Cide - Combustíveis	3.193,9	3.275,9
Outras	14.604,8	17.381,3
<b>Demais</b>	<b>27.410,3</b>	<b>32.808,0</b>
Cota parte	7.225,1	9.791,7
Diretamente Arrecadada	8.758,4	10.015,8
Dividendos da União	5.124,5	4.172,0
Concessões	975,5	4.159,6
Outras	5.326,8	4.668,9
<b>Total Bruto</b>	<b>196.080,9</b>	<b>228.973,0</b>

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	33.322,7	42.751,4
CIDE - Combustíveis	913,5	932,0
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	1.195,6	828,6
Demais	7.237,3	9.284,1
<b>Total</b>	<b>42.669,2</b>	<b>53.796,0</b>

¹ Inclui auxílio financeiro

*As despesas do Tesouro Nacional apresentaram, nos cinco primeiros meses de 2008, decréscimo de 0,28 ponto percentual do PIB relativamente ao mesmo período de 2007, passando de 9,43% para 9,15% do PIB.*

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.103,3	1.379,5
Legislativo/Judiciário	1.982,5	2.119,9
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	1.714,3	2.338,3
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	1.012,9	2.305,0
Outras <sup>3</sup>	386,7	409,1
Discricionárias	30.489,3	31.640,7
d/q Min. da Saúde	14.632,6	14.797,2
Min. do Des. Social	4.223,7	4.829,2
Min. da Educação	2.680,8	3.518,4
Min. da Defesa	1.781,5	1.666,6
Min. da Ciência e Tec.	1.011,5	902,5
Min. do Des. Agrário	638,3	546,8
Min. da Previdência	423,7	413,3
Min. da Justiça	453,3	428,2
Min. dos Transportes	423,3	554,1
Demais	4.220,5	3.984,4
<b>Total</b>	<b>36.689,1</b>	<b>40.192,4</b>

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.  
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).  
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,55%</b>	<b>4,33%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,86%</b>	<b>4,79%</b>
Despesas do FAT	0,50%	0,55%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,23%	0,17%
LOAS/RMV	0,53%	0,55%
Outras	3,60%	3,51%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*Até maio de 2008, enquanto os gastos de custeio cresceram 6,7%, em relação ao mesmo período de 2007, as despesas de capital expandiram-se 23,9%. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,71% do PIB para 1,34% do PIB.*

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAI			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,7	22,2	2,3%
Valor médio RGPS**	548,1	586,1	6,9%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

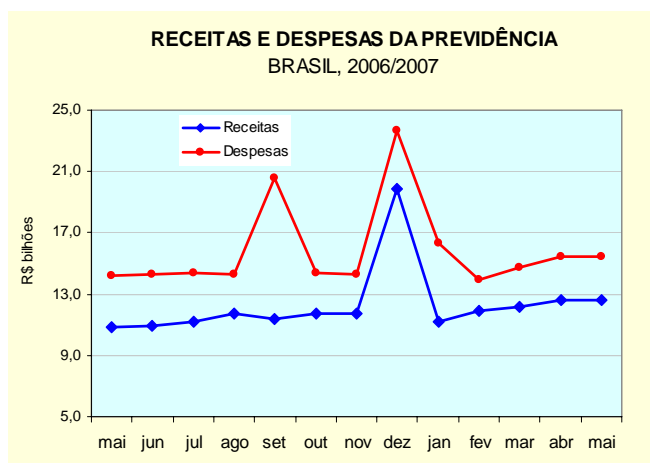
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,09%	5,31%
Benefícios	6,80%	6,66%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,71%</b>	<b>-1,34%</b>

meses de 2007, 4,55% do PIB, situaram-se, ao final de maio de 2008, em 4,33% do PIB.

Por seu turno, os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas apresentaram queda nominal de R\$ 399,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,06 p.p. do PIB, passando de 0,23% em 2007, para 0,17% em 2008. Os principais programas com menor dinamismo foram Aquisição do Governo Federal (decréscimo de R\$ 175,7 milhões) e Garantia e Sustentação de Preços (redução de R\$ 74,0 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve incremento de 9,5% (R\$ 3,5 bilhões) em relação ao acumulado até maio do ano anterior, sendo 6,7% (R\$ 2,1 bilhões) referentes a custeio e 23,9% (R\$ 1,4 bilhão) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 4,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 10,4% acima da variação do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 15,3 bilhões, contra R\$ 17,4 bilhões observados no mesmo período de 2008 (redução de 12,1%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,7 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 53,0 bilhões para R\$ 62,8 bilhões (elevação de 18,6%), explicada, sobretudo, pelo crescimento (de 14,4%) da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 6,5 bilhões (9,4%), atingindo o montante de R\$ 75,9 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,34%, 0,37 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,71%).



A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 42,4 bilhões em maio, contra R\$ 51,1 bilhões verificados em abril (redução de 17,1%). Este comportamento é explicado pela diminuição de R\$ 4,8 bilhões nas receitas de impostos federais, de R\$ 2,8 bilhões nas receitas de contribuições e de R\$ 1,8 bilhão nas demais receitas.

A evolução da arrecadação de impostos e contribuições é decorrente, principalmente, de efeitos sazonais como o recolhimento, em abril, da primeira cota ou cota única do saldo a pagar do IRPF referente à Declaração de Ajuste/2008, ano base 2007 e da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 6,7 bilhões, contra R\$ 8,5 bilhões em abril (redução de 20,7%). Contribuíram para este comportamento: i) decréscimo de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação de cota parte de royalties relativos à exploração de petróleo e gás natural, em virtude do recolhimento sazonal em abril da participação especial, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador; ii) diminuição de R\$ 1,6 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas, explicado pelo recolhimento, em abril, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); iii) elevação de R\$ 1,5 bilhão nas receitas de concessões, em decorrência do pagamento, em maio, de licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular.

No acumulado do ano a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,02% do PIB, dos quais 9,51% correspondem à arrecadação de impostos, 7,65% de contribuições e 2,87% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 32,9 bilhões (16,8%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 196,1 bilhões para R\$ 229,0 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos e de manutenção regular do fluxo de arrecadação.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 8,4 bilhões (28,2%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 4,0 bilhões (28,1%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de em-

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional em maio reduziu-se 17,2% relativamente ao mês anterior em função de fatores sazonais como o recolhimento, em abril, da primeira cota ou cota única do IRPF referente à declaração de ajuste ano base 2007 e da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/08	MAI/08
<b>Impostos</b>	<b>24.140,0</b>	<b>19.388,9</b>
Imposto de Renda	18.013,2	13.155,1
IPI	3.165,5	3.243,9
Outros	2.961,2	2.989,9
<b>Contribuições</b>	<b>18.456,8</b>	<b>16.237,5</b>
Cofins	9.844,0	9.455,2
CPMF	62,6	74,0
CSLL	4.507,9	2.687,1
Cide - Combustíveis	631,9	660,1
Outras	3.410,4	3.361,0
<b>Demais</b>	<b>8.502,1</b>	<b>6.740,8</b>
Cota parte	3.522,5	1.064,5
Diretamente Arrecadada	3.231,9	1.612,7
Dividendos da União	599,9	1.283,0
Concessões	181,0	1.700,7
Outras	966,8	1.079,9
<b>Total Bruto</b>	<b>51.098,9</b>	<b>42.367,2</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF e do IOF.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>82.859,8</b>	<b>108.731,8</b>
Imposto de Renda	62.961,6	79.321,5
IPI	12.211,1	15.356,4
Outros	7.687,0	14.053,9
<b>Contribuições</b>	<b>85.810,9</b>	<b>87.433,2</b>
Cofins	39.513,9	47.448,0
CPMF	14.242,4	1.062,4
CSLL	14.255,8	18.265,5
Cide - Combustíveis	3.193,9	3.275,9
Outras	14.604,8	17.381,3
<b>Demais</b>	<b>27.410,3</b>	<b>32.808,0</b>
Cota parte	7.225,1	9.791,7
Diretamente Arrecadada	8.758,4	10.015,8
Dividendos da União	5.124,5	4.172,0
Concessões	975,5	4.159,6
Outras	5.326,8	4.668,9
<b>Total Bruto</b>	<b>196.080,9</b>	<b>228.973,0</b>

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>8,14%</b>	<b>9,51%</b>
Imposto de Renda	6,18%	6,94%
IPI	1,20%	1,34%
Outros	0,75%	1,23%
<b>Contribuições</b>	<b>8,42%</b>	<b>7,65%</b>
Cofins	3,88%	4,15%
CPMF	1,40%	0,09%
CSLL	1,40%	1,60%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,29%
Outras	1,43%	1,52%
<b>Demais</b>	<b>2,69%</b>	<b>2,87%</b>
Cota parte	0,71%	0,86%
Diretamente Arrecadada	0,86%	0,88%
Dividendos da União	0,50%	0,36%
Concessões	0,10%	0,36%
Outras	0,52%	0,41%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,25%</b>	<b>20,02%</b>

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

presas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, comércio atacadista, extração de minerais metálicos e fabricação de veículos automotores;

- b) elevação de R\$ 7,1 bilhões (26,0%) no IRRF, devido ao crescimento de 29,1% no IRRF - rendimentos do trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR); de 18,2% no IRRF – rendimento de capital, com destaque para os itens aplicações em renda fixa, em fundos de renda fixa e em fundos de investimento em ações; e de 29,2% no IRRF - remessas ao exterior, decorrente de maior volume de remessas de rendimentos de trabalho e juros sobre capital próprio;
- c) incremento de R\$ 7,9 bilhões (20,1%) na Cofins e de R\$ 2,0 bilhão (18,8%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, comércio atacadista, serviços financeiros, metalurgia e combustíveis. Cabe destacar também o incremento neste ano da arrecadação decorrente de depósitos judiciais, depósitos administrativos e acréscimos legais;
- d) aumento de R\$ 4,9 bilhões (162,6%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nº 6.306, de 2007, nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores.
- e) crescimento de R\$ 3,1 bilhões (25,8%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de equipamentos de transporte, veículos automotores, equipamentos médico-hospitalares e óticos e máquinas e equipamentos; e IPI - vinculado, decorrente da elevação de 46,8% no valor em dólar das importações tributadas, de 2,8% na alíquota média do imposto e da redução de 17,1% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 1,5 bilhão (32,1%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 46,8% no valor em dólar das importações tributadas e de 6,8%

na alíquota média do imposto, e da redução de 17,1% na taxa média de câmbio; e

- g) acréscimo de R\$ 874,3 milhões (14,8%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias);
- h) redução de R\$ 13,2 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 5,4 bilhões (19,7%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) aumento de R\$ 3,2 bilhões nas receitas de concessões, explicada em grande medida pela arrecadação, em março de 2008, relativa à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência no mesmo período do ano anterior; ii) incremento de R\$ 2,6 bilhões nas receitas de cota parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; iii) aumento de R\$ 1,3 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas, explicada, em parte, pelo aumento de R\$ 388,6 milhões do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e iv) decréscimo de R\$ 1,0 bilhão na arrecadação de dividendos da União.

Em maio, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 11,9 bilhões, contra R\$ 10,4 bilhões em abril, apresentando uma elevação de R\$ 1,5 bilhão. Concorreram para este comportamento: i) a elevação de R\$ 439,6 milhões (5,1%) nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de abril; ii) o acréscimo de R\$ 1,5 bilhão nas demais transferências em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; iii) o decréscimo de R\$ 460,4 milhões nas transferências da CIDE, pois estas somente ocorrem nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre.

No ano as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 11,1 bilhões (26,1%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R\$ 42,7 bilhões em 2007 para R\$ 53,8 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 9,4 bilhões (28,3%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Demais</b>	<b>27.410,3</b>	<b>32.808,0</b>
Cota parte	7.225,1	9.791,7
Plano do Servidor (CPSS)	2.598,1	2.877,4
Diretamente Arrecadada	8.758,4	10.015,8
Dividendos da União	5.124,5	4.172,0
Concessões	975,5	4.159,6
Outras	2.728,8	1.791,5

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/08	MAI/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.559,2	8.993,9
CIDE-Combustíveis	460,4	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.259,9	2.738,0
<b>Total</b>	<b>10.442,0</b>	<b>11.894,4</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	33.322,7	42.751,4
CIDE - Combustíveis	913,5	932,0
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	1.195,6	828,6
Demais	7.237,3	9.284,1
<b>Total</b>	<b>42.669,2</b>	<b>53.796,0</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	Abr/08	Mai/08
Terceiro Decênio	10.044,7	12.193,9
Primeiro Decênio	5.168,0	4.649,5
Segundo Decênio	3.522,6	2.877,5
<b>Total</b>	<b>18.735,4</b>	<b>19.720,9</b>

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

*Em maio, os dispêndios com investimento apresentaram maior dinamismo (R\$ 574,1 milhões, 38,7%) em relação às demais despesas de custeio (R\$ 139,7 milhões, 2,0%).*

das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período e pelo acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (33,1%) nos repasses de *royalties* e partição especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 21,9 bilhões, apresentando aumento de R\$ 1,2 bilhão (6,0%) relativamente a abril. Os principais acréscimos em relação àquele mês foram: i) R\$ 312,8 milhões (3,4%) nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) R\$ 242,9 milhões (20,7%) nos dispêndios no âmbito do FAT e, iii) R\$ 713,8 milhões (8,4%) nas rubricas “Outras Despesas de Custeio e Capital”. Destaque-se que os dispêndios com investimento apresentaram maior dinamismo (R\$ 574,1 milhões, 38,7%) em relação às demais despesas de custeio, os quais cresceram R\$ 139,7 milhões (2,0%).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 12,4 bilhões, aumento de 8,1%, dos quais R\$ 9,3 bilhões relativos a outras despesas de custeio e capital. As despesas com o FAT atingiram R\$ 1,4 bilhão, variação de R\$ 242,9 milhões, (20,7%), em relação ao mês anterior, como decorrência do crescimento nas despesas de seguro-desemprego devido ao pagamento de cinco lotes do seguro-desemprego no mês de maio, contra o pagamento de quatro lotes em abril.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 422,7 milhões, reduzindo em R\$ 24,2 milhões em relação ao mês anterior. Este decréscimo ocorreu, principalmente, nos gastos com o Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 77,2 milhões), Programa Garantia e Sustentação de Preços (R\$ 57,5 milhões), Custeio Agropecuário, (R\$ 38,3 milhões), e Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 27,5 milhões), compensados pelo aumento de transferência nos gastos com subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 177,4 milhões).

No âmbito das outras despesas de custeio e capital, houve acréscimo de R\$ 208,4 milhões nas despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público – PPI (45,3%), e de R\$ 6,3 milhões nos dispêndios com sentenças judiciais (49,0%).

As despesas discricionárias aumentaram R\$ 531,3 milhões (7,5%), concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 430,0 milhões), Cidades (R\$ 107,6 milhões) e Defesa (R\$ 84,6 milhões). Por outro lado, houve redução nas despesas executadas pelos Ministérios da Educação (R\$ 142,2 milhões) e Desenvolvimento Agrário (R\$ 105,5 milhões), entre outros.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/08	MAI/08
Pessoal e Encargos	9.074,9	9.387,7
Custeio e Capital	11.497,3	12.432,6
Despesas do FAT	1.174,0	1.416,9
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	446,9	422,7
LOAS/RMV	1331,1	1334,0
Outras	8.545,3	9.259,0
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>74,0</b>	<b>63,3</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/08	MAI/08
Sentenças Judiciais	12,9	19,2
Legislativo/Judiciário	457,2	456,9
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	471,4	471,8
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	459,7	668,1
Outras <sup>3</sup>	91,8	59,5
Discricionárias	7.052,2	7.583,6
d/q Min. da Saúde	3.176,4	3.606,4
Min. do Des. Social	1.053,7	1.044,0
Min. da Educação	777,6	635,4
Min. da Defesa	466,8	551,4
Min. da Ciência e Tec.	187,9	221,3
Min. do Des. Agrário	176,6	75,0
Min. da Justiça	97,8	103,8
Min. da Previdência	79,0	123,1
Min. das Cidades	43,7	151,3
Demais	992,8	1.071,8
<b>Total</b>	<b>8.545,3</b>	<b>9.259,0</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Nos primeiros cinco meses de 2008, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,15% do PIB, contra 9,43% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 8,6 bilhões (8,9%) em relação a 2007, abaixo do crescimento do PIB nominal no período (12,28%). Destacam-se os incrementos de R\$ 5,2 bilhões (10,5%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 3,3 bilhões (7,0%) nos gastos com pessoal e encargos sociais. É importante destacar que em termos percentuais do PIB, tais despesas reduziram em 0,08 e 0,21 ponto percentual do PIB, respectivamente.

A folha de pagamento da União passou de 4,55% do PIB, até maio de 2007 para 4,33% no mesmo período de 2008. O aumento nominal observado no período reflete em grande parte a reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,86% do PIB em 2007 para 4,79% em 2008, os destaques quanto ao incremento nominal em relação ao ano anterior ficaram por conta das rubricas 'outras despesas de custeio e capital' - acréscimo de R\$ 3,5 bilhões (9,5%), despesas com o FAT – aumento de R\$ 1,1 bilhão (22,1%) e LOAS/RMV, crescimento de R\$ 972,4 milhões (18,2%).

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,55%</b>	<b>4,33%</b>	
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,86%</b>	<b>4,79%</b>	
Despesas do FAT	0,50%	0,55%	
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,23%	0,17%	
LOAS/RMV	0,53%	0,55%	
Outras	3,60%	3,51%	
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>	

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

### QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2007-2008

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-mai/01	1.244.602	-	421.223	-	823.380	-
média jan-mai/02	1.385.071	11%	496.463	18%	888.609	8%
média jan-mai/03	1.591.721	15%	603.991	22%	987.730	11%
média jan-mai/04	1.788.734	12%	739.440	22%	1.049.294	6%
média jan-mai/05	2.111.718	18%	965.206	31%	1.146.512	9%
média jan-mai/06	2.331.776	10%	1.096.917	14%	1.234.859	8%
média jan-mai/07	2.515.111	8%	1.205.739	10%	1.309.373	6%
média jan-mai/08	2.735.309	9%	1.321.712	10%	1.413.597	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) que aumentaram em relação ao acumulado de 2007, a variação é explicada pelos reajustes do salário mínimo (8,57%, em 2007, e 7,14% em 2008) e pelo crescimento vegetativo de 9% no período (média contra média) da quantidade de benefícios pagos. Os benefícios assistenciais pagos somaram 2,7 bilhões, dos quais 1,3 milhão foram destinados aos idosos e 1,4 milhão aos portadores de deficiência.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, por sua vez, alcançaram R\$ 2,0 bilhões no período de janeiro a maio de 2008, reduzindo-se R\$ 399,7 milhões (16,9%), em relação ao mesmo período de 2007.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.103,3	1.379,5
Legislativo/Judiciário	1.982,5	2.119,9
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	1.714,3	2.338,3
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	1.012,9	2.305,0
Outras <sup>3</sup>	386,7	409,1
Discricionárias	30.489,3	31.640,7
d/q Min. da Saúde	14.632,6	14.797,2
Min. do Des. Social	4.223,7	4.829,2
Min. da Educação	2.680,8	3.518,4
Min. da Defesa	1.781,5	1.666,6
Min. da Ciência e Tec.	1.011,5	902,5
Min. do Des. Agrário	638,3	546,8
Min. da Previdência	423,7	413,3
Min. da Justiça	453,3	428,2
Min. dos Transportes	423,3	554,1
Demais	4.220,5	3.984,4
<b>Total</b>	<b>36.689,1</b>	<b>40.192,4</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se redução de R\$ 375,0 milhões (26,5%). As principais diminuições em relação ao ano anterior foram observadas nos seguintes Programas: i) Equalização de Custeio Agropecuário (R\$ 222,6 milhões), ii) Aquisição do Governo Federal (R\$ 175,7 milhões) e iii) Garantia e Sustentação de Preços (R\$ 74,0 milhões). Por outro lado, houve aumento nas despesas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (R\$ 124,3 milhões), e o Fundo da Terra/INCRA (R\$ 3,1 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve aumento de R\$ 3,5 bilhões em relação ao período de janeiro a maio de 2007, sendo 6,7% (R\$ 2,1 bilhões) referentes a custeio e 23,9% (R\$ 1,4 bilhão) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 4,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 10,4% acima da variação do PIB.

#### SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS

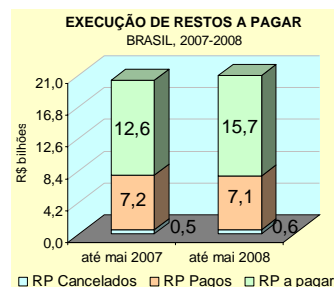
BRASIL, JAN - MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2007	2008
<b>Agricultura</b>	<b>1.629,6</b>	<b>1.315,4</b>
Custeio Agropecuário	394,2	171,6
Investimento Rural	5,5	24,4
Preços Agrícolas	726,3	477,3
- EGF	3,3	4,0
- AGF	-3,4	-179,2
- Sustent. de preços	726,5	652,5
Pronaf	263,5	387,7
Pesa	92,2	95,8
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	148,0	151,1
FUNCAFÉ	0,0	7,5
<b>Outros</b>	<b>-212,7</b>	<b>-273,6</b>
Habitação (PSH)	2,7	0,0
FND	-268,5	-294,6
Exportação (Proex)	53,2	21,1
<b>Total</b>	<b>1.416,9</b>	<b>1.041,9</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

<sup>2</sup> Dados revisados

As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO/2007), totalizaram R\$ 2,3 bilhões em 2008, contra R\$ 1,0 bilhão no ano anterior (crescimento de 127,6%).

Registraram crescimento as sentenças judiciais (25,0%), bem como os dispêndios com os créditos extraordinários (36,4%). Os gastos discricionários cresceram R\$ 1,2 bilhão (3,8%) em relação ao mesmo período de 2007, dos quais R\$ 1,6 bilhão correspondeu ao incremento de despesas nos Ministérios da Educação (R\$ 837,5 milhões), Desenvolvimento Social (R\$ 605,5 milhões) e Saúde (R\$ 164,6 milhões), em contraponto às reduções em outros ministérios.



Com relação à execução de restos a pagar (RP), no período de janeiro a maio de 2008 o montante pago correspondeu a R\$ 7,1 bilhões, equivalente a 31,2% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 36,5% no mesmo período de 2007. Dos restos a pagar pagos, R\$ 4,2 bilhões (58,7%) são dispêndios com custeio e R\$ 2,9 bilhões (41,2%) referem-se às despesas com investimentos. Nesta rubrica houve execução de 19,9% até maio, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 502,8 milhões), Saúde (R\$ 475,5 milhões), Transportes (R\$ 332,9 milhões) e Defesa (R\$ 321,6 milhões).

Em maio, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões, inferior em R\$ 33,7 milhões ao registrado em abril (redução de 1,2%). No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 15,3 bilhões, contra R\$ 17,4 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 12,1%).

## Previdência Social

*Em maio, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,8 bilhões. No período de janeiro a maio de 2008, o déficit atingiu R\$ 15,3 bilhões, equivalentes a 1,34% do PIB. Em igual período de 2007, o déficit acumulado chegou a R\$ 17,4 bilhões, correspondentes a 1,71% do PIB. Verifica-se, neste ano, redução do déficit previdenciário na ordem de 0,37 ponto percentual do PIB.*

DISCRIMINAÇÃO	ABR	MAI	JAN - MAI	
	2008	2008	2007	2008
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>12.641,6</b>	<b>12.650,0</b>	<b>51.907,5</b>	<b>60.560,0</b>
Arrecadação Bruta	13.951,0	13.949,8	57.596,9	67.863,9
- Contribuição Previdenciária	12.864,7	12.952,9	52.954,1	62.788,5
- Simples	833,0	837,9	3.426,0	4.134,2
- CFT	63,0	65,8	308,3	312,0
- Depósitos Judiciais	165,2	68,2	684,0	506,9
- Refis	25,1	25,0	108,2	122,4
- Outras Receitas	0,0	0,0	116,3	0,0
(-) Restituição/Devolução	-10,7	-13,0	-196,6	-76,0
(-) Transferências a Terceiros	-1.298,8	-1.286,8	-5.492,8	-7.228,0
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>15.428,8</b>	<b>15.403,5</b>	<b>69.304,9</b>	<b>75.852,8</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-2.787,2</b>	<b>-2.753,5</b>	<b>-17.397,4</b>	<b>-15.292,9</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,71%</b>	<b>-1,34%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 12,7 bilhões em maio, representando elevação de R\$ 8,4 milhões (0,1%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros cinco meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,7 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 53,0 bilhões para R\$ 62,8 bilhões (elevação de 18,6%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e abril de 2008 foi 14,4% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

As despesas com benefícios apresentaram, em maio, decréscimo de R\$ 25,3 milhões (0,2%) com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 6,5 bilhões (9,4%), atingindo o montante de R\$ 75,9 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 37,96 (6,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos be-

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	51.907,5	60.560,0	16,7%
Benefícios	69.304,9	75.852,8	9,4%
Res. Primário	-17.397,4	-15.292,9	-12,1%

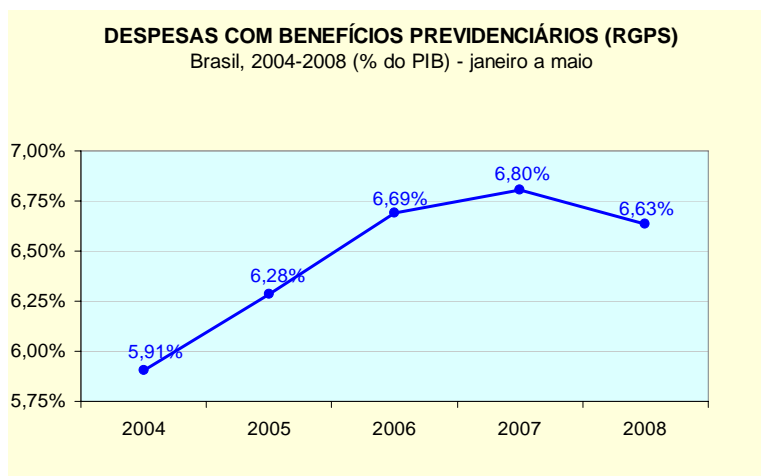
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,7	22,2	2,3%
Valor médio RGPS**	548,1	586,1	6,9%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

nefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 507,4 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a maio de cada ano. Verifica-se que em 2004 esses gastos correspondiam a 5,91% do PIB; em 2008, correspondem a 6,63%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,18 ponto percentual do PIB por ano.

*Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 12,2%, passando de 5,91% do PIB no acumulado de janeiro a maio de 2004 para 6,68% do PIB no mesmo período em 2008.*



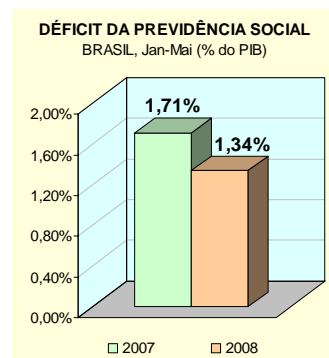
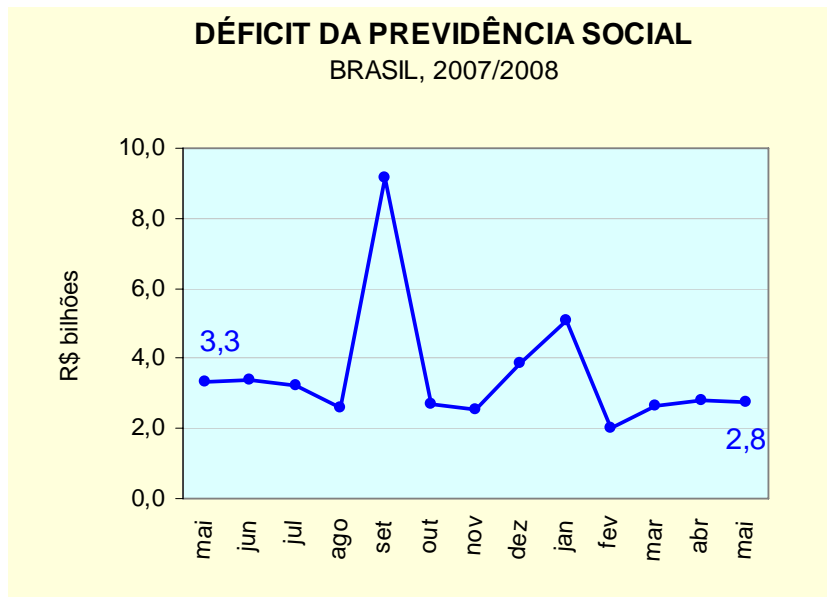
No estoque de benefícios dos primeiros cinco meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 496,3 mil aposentadorias (3,6%) e de 178,5 mil pensões por morte (2,9%) e a redução de 176,4 mil benefícios de auxílio-doença (11,7%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2007-2008**

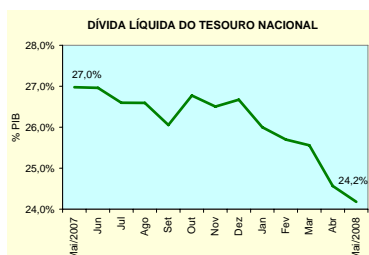
	Em mil benefícios			
	ABR 2008	MAI 2008	JAN-MAI 2007	JAN-MAI 2008
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>22.226</b>	<b>22.340</b>	<b>21.678</b>	<b>22.186</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>21.453</b>	<b>21.560</b>	<b>20.946</b>	<b>21.414</b>
Aposentadorias	14.037	14.098	13.511	14.004
Idade	7.260	7.291	6.957	7.245
Invalidez	2.784	2.796	2.737	2.777
Tempo de contribuição	3.993	4.011	3.817	3.982
Pensão por morte	6.143	6.161	5.952	6.131
Auxílio-Doença	1.189	1.209	1.409	1.194
Salário - maternidade	43	50	38	44
Outros	41	41	36	41
<b>Acidentários</b>	<b>773</b>	<b>780</b>	<b>732</b>	<b>772</b>
Aposentadorias	150	151	147	150
Pensão por morte	129	129	129	129
Auxílio - doença	141	148	101	140
Auxílio - acidente	271	271	270	271
Auxílio - suplementar	82	82	85	82

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,20 ponto percentual em relação ao período de janeiro a maio do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,17 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,34% do PIB, 0,37 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,71%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,10%	5,30%
Benefícios	6,80%	6,63%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,71%</b>	<b>-1,34%</b>



*Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 24,2% do PIB, inferior PIB, inferior em 0,4 ponto percentual ao registrado em abril.*



## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 692,1 bilhões, resultando em uma elevação de R\$ 473,5 milhões em relação ao saldo do mês anterior. Contribuíram para esse resultado, o aumento de R\$ 2,5 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, parcialmente compensado pela redução de R\$ 2,0 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida, explicadas principalmente pelas emissões líquidas de títulos da dívida mobiliária interna e pela apreciação cambial no mês. Em percentagem do PIB, no entanto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de 0,4 ponto percentual no mês.

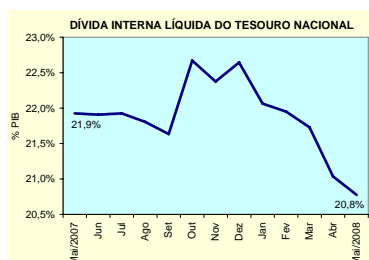
**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 MAI	2008 ABR MAI	
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>542.919</b>	<b>592.278</b>	<b>594.764</b>
I.1. Dívida Interna	1.497.054	1.586.688	1.612.342
I.2. Haveres Internos	954.135	994.410	1.017.578
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>125.125</b>	<b>99.384</b>	<b>97.372</b>
II.1. Dívida Externa	125.380	99.610	97.576
II.2. Haveres Externos	255	226	204
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>668.044</b>	<b>691.662</b>	<b>692.135</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>27,0%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

## **Dívida Interna Líquida**



A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio em R\$ 594,8 bilhões, o equivalente a 20,8% do PIB. Em relação a abril, houve elevação de R\$ 2,5 bilhões em termos nominais e redução de 0,2 ponto percentual em relação ao PIB. A evolução nominal está associada à elevação de R\$ 25,7 bilhões na dívida mobiliária, principal componente das obrigações, parcialmente compensada pela elevação dos haveres internos, de R\$ 23,2 bilhões.

A elevação no estoque total da dívida mobiliária interna do Tesouro Nacional decorreu, principalmente, da elevação de R\$ 20,9 bilhões da DPMFi em poder do público, resultante de uma apropriação de juros de R\$ 12,4 bilhões e de uma emissão líquida desta dívida de R\$ 8,5 bilhões. Esta emissão líquida foi gerada por R\$ 22,9 bilhões em emissões de títulos e R\$ 14,4 bilhões em resgates no período.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	MAI	ABR	MAI
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.497.054</b>	<b>1.586.688</b>	<b>1.612.342</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.474.388	1.564.277	1.589.964
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.173.909	1.218.714	1.239.608
DPMFi em Poder do Banco Central	313.087	362.253	367.345
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(12.607)	(16.690)	(16.988)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.667	22.411	22.377
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>954.135</b>	<b>994.410</b>	<b>1.017.578</b>
II.1. Disponibilidades Internas	276.024	257.216	276.783
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	398.350	422.598	425.835
II.3. Haveres da Administração Indireta	180.351	196.518	196.978
II.4. Haveres Administrados pela STN	99.409	118.078	117.982
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>542.919</b>	<b>592.278</b>	<b>594.764</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,9%</b>	<b>21,0%</b>	<b>20,8%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

*A Dívida Interna Líquida atingiu R\$ 594,8 bilhões, elevação de R\$ 2,5 bilhões em relação ao mês anterior. Em termos percentuais do PIB houve redução, no mês, de 0,2 ponto percentual.*

Do total de emissões de títulos da DPMFi, as mais expressivas foram de LFT, NTN-B e LTN, nos montantes de R\$ 7,6 bilhões, R\$ 6,7 bilhões e R\$ 6,1 bilhões, respectivamente e dos R\$ 14,4 bilhões de resgates, R\$ 8,8 bilhões referem-se à NTN-B, sendo a maior parte relativa aos vencimentos do mês. Foram resgatadas também R\$ 2,9 bilhões de LFT.

Com isso, a parcela de títulos com remuneração prefixada da DPMFi (LTN e NTN-F) teve pequeno aumento, passando de 34,0% em março para 34,3% em maio. Por sua vez, os títulos remunerados por índices de preços (NTN-B e NTN-C) aumentaram sua participação de 26,6% para 23,3% em maio.

Na carteira do Banco Central, a variação do estoque foi de R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 3,3 bilhões de emissões e R\$ 1,6 bilhão de resgates, contra uma apropriação de juros de R\$ 3,5 bilhões.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007/2008			
Título	R\$ bilhões		
	2007	2008	
	MAI	ABR	MAI
Em Poder do Público	1.174	1.219	1.240
LFT	428,9	430,7	439,1
LTN	334,7	275,5	282,7
NTN-B	193,0	268,9	270,0
NTN-C	62,8	54,8	56,1
NTN-F	99,9	138,9	142,5
Demais <sup>1</sup>	54,6	50,0	49,2
Aplic. em Tit. Púb.	-12,6	-16,7	-17,0
Na carteira do BCB	313,1	362,3	367,3
<b>Total</b>	<b>1.474,4</b>	<b>1.564,3</b>	<b>1.590,0</b>
% PIB	59,54%	55,56%	55,54%

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

*A DPMFi em poder do público apresentou emissão líquida de R\$ 8,5 bilhões, com destaque para a LFT e a LTN, emissão líquida de R\$ 4,7 bilhões e R\$ 4,6 bilhões, respectivamente.*

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, MAI/2008**

R\$ bilhões

Título	Saldo Abr/08	Fatores de Variação <sup>17</sup>			Saldo Mai/08
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.218,7	22,9	-14,4	12,4	1.239,6
LFT	430,7	7,6	-2,9	3,7	439,1
LTN	275,5	6,1	-1,5	2,6	282,7
NTN-B	268,9	6,7	-8,8	3,2	270,0
NTN-C	54,8	0,0	0,0	1,3	56,1
NTN-F	138,9	2,4	0,0	1,3	142,5
Demais <sup>14</sup>	50,0	0,1	-1,1	0,2	49,2
Na carteira do BCB	362,3	3,3	-1,6	3,5	367,3
<b>Total</b>	<b>1.581,0</b>	<b>26,1</b>	<b>-16,0</b>	<b>15,9</b>	<b>1.607,0</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2007/2008**

R\$ bilhões

Discriminação	2007		2008
	MAI	ABR	MAI
Lei 9.496/97	269,6	295,9	299,4
MP 2.185/01	41,7	46,1	46,6
Lei 8.727/93	45,9	42,7	42,6
Antecipação de Royalties	13,8	13,1	12,6
Bônus Renegociados	8,7	6,9	6,7
Lei 7.976/89	2,7	1,7	1,6
Demais Haveres	15,9	16,3	16,3
<b>Total</b>	<b>398,4</b>	<b>422,6</b>	<b>425,8</b>
% PIB	16,09%	15,01%	14,88%

Os haveres internos totalizaram R\$ 1.017,6 bilhões, apresentando uma elevação em relação ao mês anterior de R\$ 23,2 bilhões. O incremento mais expressivo foi nas disponibilidades internas, aumento de R\$ 19,6 bilhões. Houve também elevação de R\$ 3,2 bilhões nos haveres juntos aos Governos Regionais.

A expansão dos haveres junto aos entes da federação decorreu do aumento do saldo no âmbito da Lei nº 9.496/97, cujo acréscimo foi de R\$ 3,5 bilhões, decorrente da atualização monetária do saldo. Tomados em porcentagem do PIB, os haveres do Tesouro Nacional junto aos entes da federação em maio de 2008 apresentaram-se 1,2 ponto percentual inferior ao verificado em maio de 2007, devido às amortizações no período.

Por sua vez, o saldo dos haveres administrados por fundos, autarquias e fundações elevou-se em R\$ 460,0 milhões, e está associado ao crescimento do saldo do FAT e ao patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**BRASIL, 2007/2008**

R\$ bilhões

Entidade	2007		2008
	MAI	ABR	MAI
FAT	122,6	129,2	130,3
Fundos Regionais	35,5	40,9	41,4
Demais	22,2	26,4	25,3
<b>Total</b>	<b>180,4</b>	<b>196,5</b>	<b>197,0</b>

## Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em maio reduziu-se em R\$ 2,0 bilhões em relação ao mês anterior, totalizando no mês R\$ 97,4 bilhões, sendo R\$ 75,1 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 22,4 bilhões à dívida contratual. Em proporção do PIB, a redução foi de 0,1 ponto percentual, caindo de 3,5% no mês anterior para 3,4% em maio.

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007		2008
	MAI	ABR	MAI
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>125.380</b>	<b>99.610</b>	<b>97.576</b>
I.1. Dívida Mobiliária	98.811	76.485	75.137
Euro	13.027	10.579	10.252
Global US\$	74.953	55.051	53.939
Global BRL	9.854	10.565	10.664
Demais	976	291	282
I.2. Dívida Contratual	26.569	23.125	22.439
Organismos Internacionais	22.004	19.419	18.956
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.565	3.705	3.483
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>255</b>	<b>226</b>	<b>204</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	255	226	204
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>125.125</b>	<b>99.384</b>	<b>97.372</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>5,1%</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,4%</b>

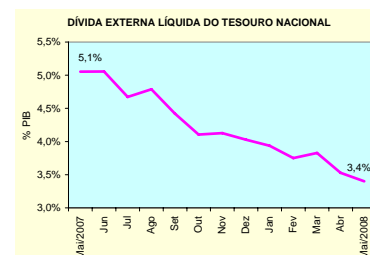
(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

*A Dívida Externa Líquida em maio totalizou R\$ 97,4 bilhões, equivalente a 3,4% do PIB. Esse saldo é inferior ao do mês anterior em R\$ 2,0 bilhões.*

Essa redução decorreu, principalmente, da valorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a dívida. O serviço da dívida totalizou R\$ 0,9 bilhão, sendo R\$ 0,5 bilhão de pagamento de principal e R\$ 0,4 bilhão referente ao pagamento de encargos.

Comparativamente ao mês de maio de 2007, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou significativa redução, passando de R\$ 125,1 bilhões para R\$ 97,4 bilhões, queda de R\$ 27,8 bilhões, ou o equivalente a 1,7 ponto percentual do PIB.



**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, MAI/2008**

Discriminação	Saldo Abr/08	Fatores de Variação <sup>1</sup>				Saldo Mai/08
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>76.485</b>	<b>889</b>	<b>(518)</b>	<b>612</b>	<b>(2.332)</b>	<b>75.137</b>
Euro	55.051	889	(518)	434	(1.918)	53.939
Global US\$	10.579	-	-	77	(404)	10.252
Global BRL	10.565	-	-	99	-	10.664
Demais	291	-	(0)	1	(10)	282
<b>Dívida Contratual</b>	<b>23.125</b>	<b>460</b>	<b>(343)</b>	<b>96</b>	<b>(899)</b>	<b>22.439</b>
Org. Internacionais	19.419	442	(304)	81	(683)	18.956
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.705	18	(40)	15	(216)	3.483
<b>Total</b>	<b>99.610</b>	<b>1.350</b>	<b>(862)</b>	<b>709</b>	<b>(3.231)</b>	<b>97.576</b>

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

# **Anexos**

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### **d) Outras Informações**

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Maio 2008/2007

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>48.241,9</b>	<b>49.433,2</b>	<b>50.874,9</b>	<b>48.673,0</b>	<b>49.294,9</b>	<b>54.692,0</b>	<b>52.552,1</b>	<b>67.121,6</b>	<b>64.569,0</b>	<b>50.116,0</b>	<b>55.681,6</b>	<b>63.541,3</b>	<b>54.830,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>37.301,7</b>	<b>38.405,3</b>	<b>39.608,0</b>	<b>36.891,7</b>	<b>37.834,8</b>	<b>42.886,6</b>	<b>40.627,7</b>	<b>47.081,3</b>	<b>53.226,3</b>	<b>38.065,6</b>	<b>43.408,4</b>	<b>50.766,4</b>	<b>42.038,1</b>
I.1.1. Receita Bruta	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2
- Impostos	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9
- Contribuições	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5
- Demais <sup>1</sup>	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,8
I.1.2. (-) Restituições	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>10.837,5</b>	<b>10.928,8</b>	<b>11.195,1</b>	<b>11.684,0</b>	<b>11.392,6</b>	<b>11.711,9</b>	<b>11.763,4</b>	<b>19.828,3</b>	<b>11.206,9</b>	<b>11.927,5</b>	<b>12.134,0</b>	<b>12.641,6</b>	<b>12.650,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>102,7</b>	<b>99,1</b>	<b>71,8</b>	<b>97,3</b>	<b>67,5</b>	<b>93,5</b>	<b>161,0</b>	<b>212,0</b>	<b>135,8</b>	<b>122,9</b>	<b>139,2</b>	<b>133,3</b>	<b>141,9</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>9.423,7</b>	<b>9.678,0</b>	<b>7.733,1</b>	<b>8.487,2</b>	<b>7.896,9</b>	<b>8.123,3</b>	<b>9.551,4</b>	<b>11.465,8</b>	<b>10.217,4</b>	<b>11.350,3</b>	<b>9.891,9</b>	<b>10.442,0</b>	<b>11.894,4</b>
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0	470,8	0,0	471,6	0,0	0,0	0,0	460,4	0,0
II.4. Demais	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>38.818,2</b>	<b>39.755,2</b>	<b>43.141,8</b>	<b>40.185,8</b>	<b>41.398,0</b>	<b>46.568,7</b>	<b>43.000,7</b>	<b>55.655,8</b>	<b>54.351,6</b>	<b>38.765,7</b>	<b>45.789,7</b>	<b>53.099,3</b>	<b>42.935,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>34.576,0</b>	<b>34.556,8</b>	<b>37.979,2</b>	<b>36.522,2</b>	<b>41.359,3</b>	<b>36.690,7</b>	<b>38.496,6</b>	<b>63.708,2</b>	<b>38.979,5</b>	<b>33.538,3</b>	<b>35.100,0</b>	<b>36.247,3</b>	<b>37.448,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>8.656,1</b>	<b>9.030,9</b>	<b>11.104,7</b>	<b>8.682,0</b>	<b>8.962,2</b>	<b>9.015,0</b>	<b>10.024,7</b>	<b>13.240,5</b>	<b>12.570,9</b>	<b>9.506,4</b>	<b>9.031,8</b>	<b>9.074,9</b>	<b>9.387,7</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>14.187,3</b>	<b>14.315,3</b>	<b>14.407,9</b>	<b>14.270,4</b>	<b>20.550,4</b>	<b>14.406,3</b>	<b>14.324,1</b>	<b>23.714,2</b>	<b>16.295,8</b>	<b>13.954,8</b>	<b>14.769,9</b>	<b>15.428,8</b>	<b>15.403,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>11.537,3</b>	<b>11.031,8</b>	<b>12.306,0</b>	<b>13.362,0</b>	<b>11.678,2</b>	<b>13.071,8</b>	<b>13.899,0</b>	<b>26.396,6</b>	<b>9.890,6</b>	<b>9.891,5</b>	<b>11.045,4</b>	<b>11.497,3</b>	<b>12.432,6</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.416,9
- Abono e Seguro Desemprego	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.383,4
- Demais Despesas do FAT	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	761,2	836,3	364,2	657,3	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	446,9	422,7
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	317,4	253,0	184,3	110,5	183,3	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	128,7	306,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>4</sup>	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.420,6	7.634,9	8.125,9	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.150,9	7.141,4	8.095,9	8.545,3	9.259,0
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>53,9</b>	<b>11,3</b>	<b>11,7</b>	<b>38,1</b>	<b>11,1</b>	<b>38,6</b>	<b>64,6</b>	<b>130,2</b>	<b>23,5</b>	<b>68,2</b>	<b>81,9</b>	<b>74,0</b>	<b>63,3</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>141,4</b>	<b>167,6</b>	<b>148,9</b>	<b>169,7</b>	<b>157,4</b>	<b>159,1</b>	<b>184,2</b>	<b>226,7</b>	<b>198,6</b>	<b>117,5</b>	<b>171,1</b>	<b>172,3</b>	<b>161,0</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>4.242,1</b>	<b>5.198,4</b>	<b>5.162,7</b>	<b>3.663,5</b>	<b>38,7</b>	<b>9.878,0</b>	<b>4.504,1</b>	<b>-8.052,4</b>	<b>15.372,1</b>	<b>5.227,3</b>	<b>10.689,7</b>	<b>16.852,0</b>	<b>5.487,5</b>
V.1. Tesouro Nacional	7.630,6	8.653,4	8.452,5	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.523,8	7.249,3	13.357,5	19.678,2	8.260,1
V.2. Previdência Social (RGPS) <sup>5</sup>	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5
V.3. Banco Central <sup>6</sup>	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>7</sup></b>	<b>237,3</b>	<b>133,9</b>	<b>158,4</b>	<b>305,4</b>	<b>101,0</b>	<b>23,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>148,4</b>	<b>143,2</b>	<b>146,3</b>	<b>141,1</b>	<b>138,5</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>865,5</b>	<b>141,4</b>	<b>-369,1</b>	<b>-523,2</b>	<b>672,1</b>	<b>115,9</b>	<b>279,5</b>	<b>-635,8</b>	<b>1.184,8</b>	<b>-1.282,3</b>	<b>203,3</b>	<b>-132,5</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>5.345,0</b>	<b>5.473,8</b>	<b>4.951,9</b>	<b>3.445,7</b>	<b>811,8</b>	<b>10.017,7</b>	<b>4.783,6</b>	<b>-8.688,1</b>	<b>16.705,3</b>	<b>4.088,2</b>	<b>11.039,3</b>	<b>16.860,6</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS<sup>8</sup></b>	<b>-14.494,5</b>	<b>-8.229,7</b>	<b>-11.434,5</b>	<b>-8.118,2</b>	<b>-8.806,4</b>	<b>-10.276,6</b>	<b>-7.499,2</b>	<b>-7.087,7</b>	<b>-6.396,9</b>	<b>-9.900,1</b>	<b>-8.230,7</b>	<b>-10.062,6</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>-9.149,6</b>	<b>-2.755,9</b>	<b>-6.482,6</b>	<b>-4.672,5</b>	<b>-7.994,6</b>	<b>-259,0</b>	<b>-2.715,5</b>	<b>-15.775,8</b>	<b>10.308,5</b>	<b>-5.811,9</b>	<b>2.808,6</b>	<b>6.798,0</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6
RMV <sup>4</sup>	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>6</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>7</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>52.692,5</b>	<b>52.112,3</b>	<b>50.154,1</b>	<b>53.453,5</b>	<b>52.979,0</b>	<b>53.302,0</b>	<b>58.932,5</b>	<b>80.050,6</b>	<b>46.651,1</b>	<b>59.324,0</b>	<b>54.872,4</b>	<b>58.862,3</b>	<b>60.782,1</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9
I.5 - Receita do Salário Educação	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>60.092,7</b>	<b>56.541,7</b>	<b>56.176,3</b>	<b>48.238,0</b>	<b>59.494,5</b>	<b>48.887,3</b>	<b>60.631,1</b>	<b>59.019,1</b>	<b>67.755,6</b>	<b>47.453,2</b>	<b>51.392,8</b>	<b>53.224,7</b>	<b>56.353,1</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>11.040,7</b>	<b>11.468,5</b>	<b>9.330,3</b>	<b>10.136,8</b>	<b>9.820,6</b>	<b>9.804,5</b>	<b>11.408,9</b>	<b>11.978,1</b>	<b>13.810,2</b>	<b>13.733,2</b>	<b>10.994,6</b>	<b>12.436,4</b>	<b>13.907,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>49.052,0</b>	<b>45.073,2</b>	<b>46.846,0</b>	<b>38.101,2</b>	<b>49.673,9</b>	<b>39.082,8</b>	<b>49.222,3</b>	<b>47.041,0</b>	<b>53.945,4</b>	<b>33.720,0</b>	<b>40.398,2</b>	<b>40.788,3</b>	<b>42.445,7</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.330,4	11.788,0	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3	10.844,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5
i) Dívida Contratual Interna	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0
ii) Dívida Contratual Externa	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	13.499,2	8.567,0	8.214,2	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,3	7.869,9	8.702,8	8.308,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-7.400,2</b>	<b>-4.429,4</b>	<b>-6.022,2</b>	<b>5.215,5</b>	<b>-6.515,5</b>	<b>4.414,7</b>	<b>-1.698,7</b>	<b>21.031,5</b>	<b>-21.104,5</b>	<b>11.870,8</b>	<b>3.479,6</b>	<b>5.637,7</b>	<b>4.429,0</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>36.079,5</b>	<b>46.413,0</b>	<b>19.602,6</b>	<b>12.357,6</b>	<b>34.026,6</b>	<b>66.595,0</b>	<b>21.385,5</b>	<b>16.462,8</b>	<b>24.067,3</b>	<b>34.613,8</b>	<b>21.769,9</b>	<b>23.645,7</b>	<b>18.621,8</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4
<b>V. DESPESAS</b>	<b>19.313,8</b>	<b>21.962,2</b>	<b>46.243,8</b>	<b>5.482,3</b>	<b>23.829,6</b>	<b>41.292,2</b>	<b>7.071,0</b>	<b>19.498,1</b>	<b>44.541,4</b>	<b>1.345,8</b>	<b>22.404,9</b>	<b>59.805,9</b>	<b>2.041,4</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6
V.1.2 - Dívida Contratual	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>18.469,9</b>	<b>23.697,0</b>	<b>-25.095,8</b>	<b>7.784,2</b>	<b>10.031,1</b>	<b>25.407,2</b>	<b>15.019,2</b>	<b>-3.711,1</b>	<b>-19.647,4</b>	<b>32.715,7</b>	<b>8,0</b>	<b>-37.577,3</b>	<b>16.121,8</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>12.177,6</b>	<b>-411,6</b>	<b>-2.721,9</b>	<b>4.902,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>	<b>683,1</b>	<b>4.854,6</b>	<b>-6.196,2</b>	<b>3.909,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>21.543,1</b>	<b>19.609,7</b>	<b>-35.385,3</b>	<b>16.993,4</b>	<b>6.120,3</b>	<b>29.994,5</b>	<b>13.299,0</b>	<b>22.850,8</b>	<b>-47.774,8</b>	<b>49.048,0</b>	<b>9.077,3</b>	<b>-32.502,8</b>	<b>24.762,8</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>16.777,6</b>	<b>10.788,4</b>	<b>29.278,1</b>	<b>5.502,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>15.476,9</b>	<b>2.483,1</b>	<b>10.154,6</b>	<b>31.528,5</b>	<b>4.709,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>14.519,7</b>	<b>5.753,4</b>
I.1. Emissão de Títulos	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>4.600,0</b>	<b>11.200,0</b>	<b>32.000,0</b>	<b>600,0</b>	<b>0,0</b>	<b>15.200,0</b>	<b>1.800,0</b>	<b>5.300,0</b>	<b>37.724,6</b>	<b>800,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16.500,0</b>	<b>2.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>12.177,6</b>	<b>-411,6</b>	<b>-2.721,9</b>	<b>4.902,5</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>	<b>683,1</b>	<b>4.854,6</b>	<b>-6.196,2</b>	<b>3.909,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0
<b>IV. PRONAF</b>	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6
<b>V. PROEX</b>	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3	52,6	25,6	23,7	22,0	27,2
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7
<b>XIII. TOTAL</b>	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>542.919,4</b>	<b>546.778,4</b>	<b>553.860,4</b>	<b>559.668,4</b>	<b>561.748,3</b>	<b>595.507,0</b>	<b>595.868,4</b>	<b>610.408,2</b>	<b>600.252,2</b>	<b>602.298,4</b>	<b>601.469,9</b>	<b>592.277,8</b>	<b>594.763,6</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.497.054,3</b>	<b>1.522.443,0</b>	<b>1.491.536,6</b>	<b>1.516.038,2</b>	<b>1.530.079,5</b>	<b>1.563.586,6</b>	<b>1.586.366,3</b>	<b>1.598.019,0</b>	<b>1.566.391,4</b>	<b>1.605.710,6</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0
DPMFi em Poder do Banco Central	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-12.607,5	-11.811,6	-12.739,5	-11.460,9	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4
Demais Obrigações Internas	22.666,6	22.609,2	22.561,1	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>954.134,9</b>	<b>975.664,5</b>	<b>937.676,2</b>	<b>956.369,7</b>	<b>968.331,2</b>	<b>968.079,6</b>	<b>990.497,9</b>	<b>987.610,8</b>	<b>966.139,2</b>	<b>1.003.412,3</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.409,7</b>	<b>1.017.578,0</b>
Disponibilidades Internas	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1
Haveres junto aos Governos Regionais	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1
Haveres da Administração Indireta	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.517,7	196.977,7
Haveres Administrados pela STN	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>125.124,8</b>	<b>126.175,9</b>	<b>118.018,8</b>	<b>122.892,6</b>	<b>114.797,9</b>	<b>107.803,5</b>	<b>109.927,2</b>	<b>108.604,2</b>	<b>107.101,5</b>	<b>102.933,6</b>	<b>105.949,9</b>	<b>99.383,8</b>	<b>97.371,5</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>125.379,8</b>	<b>126.439,0</b>	<b>118.276,6</b>	<b>123.187,0</b>	<b>115.083,4</b>	<b>108.111,8</b>	<b>110.227,6</b>	<b>108.884,1</b>	<b>107.379,9</b>	<b>103.212,6</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>
Dívida Mobiliária	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7
Dívida Contratual	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>255,0</b>	<b>263,1</b>	<b>257,9</b>	<b>294,4</b>	<b>285,5</b>	<b>308,3</b>	<b>300,5</b>	<b>279,9</b>	<b>278,4</b>	<b>278,9</b>	<b>295,5</b>	<b>225,9</b>	<b>204,1</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	225,9	204,1
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>668.044,3</b>	<b>672.954,3</b>	<b>671.879,1</b>	<b>682.561,0</b>	<b>676.546,2</b>	<b>703.310,5</b>	<b>705.795,5</b>	<b>719.012,4</b>	<b>707.353,7</b>	<b>705.232,0</b>	<b>707.419,8</b>	<b>691.661,6</b>	<b>692.135,1</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>27,0%</b>	<b>27,0%</b>	<b>26,6%</b>	<b>26,6%</b>	<b>26,1%</b>	<b>26,8%</b>	<b>26,5%</b>	<b>26,7%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,7%</b>	<b>25,6%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.497.054,3</b>	<b>1.522.443,0</b>	<b>1.491.536,6</b>	<b>1.516.038,2</b>	<b>1.530.079,5</b>	<b>1.563.586,6</b>	<b>1.586.366,3</b>	<b>1.598.019,0</b>	<b>1.566.391,4</b>	<b>1.605.710,6</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.173.908,6</b>	<b>1.198.903,6</b>	<b>1.171.118,2</b>	<b>1.189.086,7</b>	<b>1.200.832,6</b>	<b>1.199.030,5</b>	<b>1.219.726,4</b>	<b>1.224.870,6</b>	<b>1.203.961,7</b>	<b>1.242.164,0</b>	<b>1.250.026,9</b>	<b>1.218.713,8</b>	<b>1.239.608,0</b>
LFT	428.857,6	406.966,3	412.630,1	418.467,9	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9
LTN	334.680,1	349.894,6	309.811,2	314.408,4	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9
NTN-B	193.040,8	209.639,4	216.173,9	218.793,5	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9
NTN-C	62.800,6	63.264,3	62.125,5	63.152,8	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9
NTN-F	99.916,3	114.160,6	115.522,5	118.808,9	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8
Dívida Securitizada	21.257,1	21.498,4	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7
Demais Títulos em Poder do Público	33.356,0	33.479,9	33.166,3	33.714,7	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>313.086,6</b>	<b>312.741,8</b>	<b>310.596,8</b>	<b>315.889,4</b>	<b>318.420,2</b>	<b>353.363,7</b>	<b>355.345,6</b>	<b>360.632,7</b>	<b>354.250,6</b>	<b>356.221,5</b>	<b>362.998,9</b>	<b>362.253,0</b>	<b>367.344,7</b>
LFT	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6
LTN	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0
Demais Títulos na Carteira do BCB	89.814,2	92.124,4	96.817,7	97.603,6	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>(12.607,5)</b>	<b>(11.811,6)</b>	<b>(12.739,5)</b>	<b>(11.460,9)</b>	<b>(11.688,6)</b>	<b>(11.315,1)</b>	<b>(11.231,5)</b>	<b>(9.975,3)</b>	<b>(14.348,5)</b>	<b>(15.196,8)</b>	<b>(16.107,6)</b>	<b>(16.690,2)</b>	<b>(16.988,4)</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.666,6</b>	<b>22.609,2</b>	<b>22.561,1</b>	<b>22.523,0</b>	<b>22.515,2</b>	<b>22.507,6</b>	<b>22.525,8</b>	<b>22.491,1</b>	<b>22.527,6</b>	<b>22.522,0</b>	<b>22.460,8</b>	<b>22.410,9</b>	<b>22.377,3</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>125.379,8</b>	<b>126.439,0</b>	<b>118.276,6</b>	<b>123.187,0</b>	<b>115.083,4</b>	<b>108.111,8</b>	<b>110.227,6</b>	<b>108.884,1</b>	<b>107.379,9</b>	<b>103.212,6</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>98.810,9</b>	<b>100.076,6</b>	<b>92.386,2</b>	<b>96.070,6</b>	<b>89.728,9</b>	<b>84.156,7</b>	<b>85.614,8</b>	<b>84.568,0</b>	<b>83.086,7</b>	<b>79.934,4</b>	<b>81.770,8</b>	<b>76.485,0</b>	<b>75.136,7</b>
Euro	13.027,0	13.069,4	12.973,9	13.605,4	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9
Global US\$	74.953,3	75.291,6	68.757,7	71.692,1	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7
Global BRL	9.854,5	10.726,3	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0
Demais Títulos Externos	976,1	989,3	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>26.568,9</b>	<b>26.362,3</b>	<b>25.890,4</b>	<b>27.116,4</b>	<b>25.354,5</b>	<b>23.955,1</b>	<b>24.612,8</b>	<b>24.316,1</b>	<b>24.293,2</b>	<b>23.278,2</b>	<b>24.474,6</b>	<b>23.124,6</b>	<b>22.439,0</b>
Organismos Multilaterais	22.003,5	21.893,3	21.497,5	22.491,0	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.565,4	4.469,0	4.392,9	4.625,4	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.622.434,2</b>	<b>1.648.881,9</b>	<b>1.609.813,2</b>	<b>1.639.225,2</b>	<b>1.645.162,9</b>	<b>1.671.698,4</b>	<b>1.696.593,9</b>	<b>1.706.903,1</b>	<b>1.673.771,3</b>	<b>1.708.923,2</b>	<b>1.725.624,3</b>	<b>1.686.297,2</b>	<b>1.709.917,2</b>
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>65,5%</b>	<b>66,1%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,9%</b>	<b>63,4%</b>	<b>63,6%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,3%</b>	<b>61,5%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,3%</b>	<b>59,9%</b>	<b>59,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A7 - HAVERES DO TESOIRO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/2007	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2008
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>954.134,9</b>	<b>975.664,5</b>	<b>937.676,2</b>	<b>956.369,7</b>	<b>968.331,2</b>	<b>968.079,6</b>	<b>990.497,9</b>	<b>987.610,8</b>	<b>966.139,2</b>	<b>1.003.412,3</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.409,7</b>	<b>1.017.578,0</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>276.023,8</b>	<b>290.053,9</b>	<b>252.121,7</b>	<b>265.894,1</b>	<b>272.199,6</b>	<b>269.843,5</b>	<b>287.109,5</b>	<b>275.867,5</b>	<b>247.911,6</b>	<b>282.699,8</b>	<b>283.662,8</b>	<b>257.216,2</b>	<b>276.783,1</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>398.350,4</b>	<b>398.907,3</b>	<b>398.421,4</b>	<b>400.099,4</b>	<b>405.170,0</b>	<b>407.385,2</b>	<b>410.182,2</b>	<b>412.322,2</b>	<b>417.171,8</b>	<b>419.402,6</b>	<b>420.799,4</b>	<b>422.598,0</b>	<b>425.835,1</b>
Bônus Renegociados	8.674,9	8.650,9	8.341,8	8.750,7	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.251,8	3.230,2	3.210,2	3.189,9	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.826,9	9.823,3	9.829,4	9.846,2	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.725,4	2.388,7	2.304,5	2.362,4	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.895,8	45.740,0	45.591,8	45.449,8	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	269.632,1	270.548,2	271.119,4	272.293,2	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	41.722,1	42.010,8	42.092,3	42.355,8	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4
Antecipação de Royalties	13.753,4	13.665,5	13.593,4	13.523,1	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.868,1	2.849,7	2.338,5	2.328,2	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>180.351,4</b>	<b>181.817,0</b>	<b>183.085,7</b>	<b>185.314,2</b>	<b>185.896,5</b>	<b>186.577,6</b>	<b>188.177,9</b>	<b>191.884,5</b>	<b>193.138,5</b>	<b>193.691,4</b>	<b>195.088,2</b>	<b>196.517,7</b>	<b>196.977,7</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	122.635,9	123.358,6	123.795,2	124.890,6	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5
Fundos Constitucionais Regionais	35.489,8	35.838,5	36.293,3	36.769,5	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.851,2	41.359,1
Fundos Diversos	22.225,7	22.619,9	22.997,2	23.654,1	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>99.409,4</b>	<b>104.886,3</b>	<b>104.047,4</b>	<b>105.062,1</b>	<b>105.065,1</b>	<b>104.273,3</b>	<b>105.028,4</b>	<b>107.536,6</b>	<b>107.917,3</b>	<b>107.618,5</b>	<b>118.358,8</b>	<b>118.077,8</b>	<b>117.982,1</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.490,2	5.492,3	5.494,5	5.496,3	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8
Haveres de Operações Estruturadas	41.884,0	41.976,8	40.965,0	41.685,2	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1
Haveres Originários de Privatizações	6.835,9	6.837,1	6.834,8	6.841,6	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7
Haveres de Legislação Específica	18.339,6	23.561,0	23.623,0	23.715,9	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2
Demais Haveres Administrados pela STN	26.859,7	27.019,1	27.130,1	27.323,1	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>255,0</b>	<b>263,1</b>	<b>257,9</b>	<b>294,4</b>	<b>285,5</b>	<b>308,3</b>	<b>300,5</b>	<b>279,9</b>	<b>278,4</b>	<b>278,9</b>	<b>295,5</b>	<b>225,9</b>	<b>204,1</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	225,9	204,1
<b>III. HAVERES DO TESOIRO NACIONAL (I+II)</b>	<b>954.389,9</b>	<b>975.927,6</b>	<b>937.934,1</b>	<b>956.664,1</b>	<b>968.616,7</b>	<b>968.388,0</b>	<b>990.798,4</b>	<b>987.890,7</b>	<b>966.417,6</b>	<b>1.003.691,2</b>	<b>1.018.204,6</b>	<b>994.635,6</b>	<b>1.017.782,1</b>
<b>HAVERES DO TESOIRO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>38,5%</b>	<b>39,1%</b>	<b>37,1%</b>	<b>37,3%</b>	<b>37,3%</b>	<b>36,9%</b>	<b>37,2%</b>	<b>36,6%</b>	<b>35,5%</b>	<b>36,6%</b>	<b>36,8%</b>	<b>35,3%</b>	<b>35,6%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ MAIO 2008/2007 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	2.707,8	143,1	143,1	9.016,9	9.160,0	364.418,1	5.721,9	262,7	262,7	4.073,9	4.336,6
Senado Federal	126.845,6	11.191,3	1.927,0	1.926,7	13.131,6	15.058,3	75.801,6	6.785,9	659,6	611,1	7.083,4	7.694,5
Tribunal de Contas da União	53.646,7	3.038,3	507,4	507,4	3.298,8	3.806,2	61.538,6	1.671,0	114,1	114,1	14.855,7	14.969,8
Supremo Tribunal Federal	61.489,3	18.939,7	1.193,2	1.193,1	10.671,3	11.864,4	69.118,6	1.136,9	72,5	72,1	33.405,5	33.477,7
Superior Tribunal de Justiça	8.999,6	1.333,6	47,8	47,8	2.958,3	3.006,1	15.409,6	2.388,9	92,8	92,7	11.282,6	11.375,3
Justiça Federal <sup>3</sup>	266.763,1	230.690,5	122.752,7	122.711,5	93.745,4	216.456,9	262.004,2	217.629,3	177.194,6	176.514,4	79.870,0	256.384,4
Justiça Militar	7.585,3	271,0	186,5	186,2	2.076,5	2.262,7	7.439,7	96,7	28,1	25,1	1.073,7	1.098,8
Justiça Eleitoral	179.537,6	77.074,1	3.268,5	3.035,0	37.504,9	40.539,9	290.388,9	150.332,4	19.300,3	18.404,0	52.032,8	70.436,8
Justiça do Trabalho	212.114,0	23.763,2	6.038,5	5.551,7	73.229,1	78.780,7	168.489,6	16.487,5	2.007,8	1.939,7	78.610,7	80.550,4
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	1.532,1	298,4	243,1	8.277,7	8.520,8	32.596,9	8.573,6	1.973,3	1.871,4	36.144,8	38.016,2
Presidência da República <sup>4</sup>	180.056,3	9.227,3	1.758,4	1.742,9	35.161,7	36.904,6	1.275.291,6	163.914,1	23.635,8	23.610,1	101.672,0	125.282,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	56.420,5	1.264,0	45,9	45,9	128.662,3	128.708,1	51.991,4	389,9	64,9	61,3	9.923,9	9.985,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	545.121,0	10.093,8	7.567,1	5.763,9	82.420,3	88.184,2	762.759,4	2.881,4	176,1	85,1	172.310,2	172.395,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.366,8	217.823,7	57.742,0	44.017,2	181.926,6	225.943,8	1.174.201,6	114.648,5	32.515,9	28.105,5	122.118,8	150.224,4
Ministério da Fazenda <sup>5</sup>	81.548,3	14.165,6	6.216,6	5.922,0	150.649,6	156.571,6	482.410,6	10.276,0	882,1	879,6	58.288,7	59.168,3
Ministério da Educação	1.843.156,5	74.276,7	28.522,7	24.565,0	444.716,4	469.281,4	2.857.114,1	431.967,7	18.039,7	16.328,5	752.175,9	768.504,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	106.059,1	370,1	89,6	89,6	35.130,7	35.220,3	196.374,7	1.280,5	133,3	133,3	21.505,2	21.638,5
Ministério da Justiça	1.009.617,9	184.461,8	78.716,9	78.709,0	152.804,8	231.513,8	1.328.650,0	76.344,1	1.747,0	1.736,4	130.000,8	131.737,1
Ministério de Minas e Energia	47.964,3	3.253,0	562,3	560,9	15.674,3	16.235,3	64.891,2	7.015,4	377,4	351,6	11.691,1	12.042,7
Ministério da Previdência Social	46.040,5	9.528,4	650,9	351,4	48.651,2	49.002,6	141.628,2	11.325,3	1.788,4	1.506,0	28.279,0	29.785,0
Ministério Público da União	295.077,9	16.355,6	1.062,1	1.061,9	58.430,2	59.492,1	165.849,4	7.144,4	33,5	33,2	73.666,5	73.699,7
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	2.891,2	2.359,3	2.358,9	5.980,6	8.339,5	38.569,2	1.421,0	1.389,3	1.389,3	919,8	2.309,1
Ministério da Saúde	3.797.524,9	133.538,6	21.530,5	21.036,0	599.005,1	620.041,1	3.365.416,1	469.983,4	8.633,7	8.421,0	478.858,0	487.279,0
Ministério do Trabalho e Emprego	66.485,9	16.403,7	323,6	323,6	32.658,8	32.982,3	114.577,1	778,5	75,9	75,2	3.705,2	3.780,4
Ministério dos Transportes	8.125.361,0	3.017.101,5	266.618,1	141.535,8	1.252.842,6	1.394.378,4	9.564.439,6	2.536.996,2	118.790,0	117.945,6	1.818.216,5	1.936.162,1
Ministério das Comunicações	174.365,3	6.145,8	580,5	580,5	91.814,7	92.395,2	39.184,4	232,6	3,3	3,3	12.361,5	12.364,8
Ministério da Cultura	242.825,2	33.315,9	113,9	71,3	26.593,9	26.665,2	252.914,0	7.832,0	61,5	41,5	55.570,6	55.612,1
Ministério do Meio Ambiente	95.250,2	1.117,7	240,5	240,5	14.641,2	14.881,8	170.059,6	1.433,1	371,4	371,4	16.656,4	17.027,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.827.277,9	627.404,7	361.525,3	361.420,8	134.390,7	495.811,5	1.887.082,2	210.891,3	4.213,7	4.213,7	259.084,8	263.298,5
Ministério do Esporte	601.768,5	200.202,1	124.270,4	124.270,4	102.523,0	226.793,4	894.318,3	19,6	3,7	3,7	45.036,2	45.039,9
Ministério da Defesa	2.833.189,6	397.352,7	85.575,3	81.331,9	409.939,8	491.271,7	4.452.729,7	883.169,4	95.363,3	88.920,0	568.092,7	657.012,7
Ministério da Integração Nacional	2.221.761,8	257.702,7	52.338,7	51.848,4	218.619,6	270.468,0	4.894.985,1	722.566,7	6.016,4	5.981,9	563.292,0	569.274,0
Ministério do Turismo	1.366.760,5	83.235,4	176,2	176,2	86.855,5	87.031,7	2.011.089,6	77.771,8	4,6	4,6	96.952,5	96.957,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	241.899,0	3.029,1	144,6	144,6	35.328,7	35.473,3	177.913,7	36.030,0	132,0	132,0	21.488,9	21.620,8
Ministério das Cidades	3.330.568,0	154.195,9	5.174,8	3.109,0	310.248,3	313.357,3	5.536.903,4	1.040.907,8	11.236,2	6.333,2	1.184.465,8	1.190.799,0
<b>TOTAL</b>	<b>31.295.610,5</b>	<b>5.844.998,9</b>	<b>1.240.269,2</b>	<b>1.086.823,1</b>	<b>4.909.580,9</b>	<b>5.996.404,0</b>	<b>43.248.550,0</b>	<b>7.228.044,7</b>	<b>527.394,9</b>	<b>506.574,5</b>	<b>6.924.766,3</b>	<b>7.431.340,7</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

<sup>4</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

<sup>5</sup> Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 5 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**MAIO / 2008**

### Comentários

Em Maio de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 5,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.086.661 (mil), ante R\$ 6.735.318,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Mai / 2008	Mai / 2008	Jan a Mai/ 2008
							Abr / 2008	Mai / 2007	Jan a Mai/ 2007
FPM	2.799.313,8	3.003.461,2	13.709.269,4	3.444.196,9	3.623.860,9	17.244.207,0	5,2%	20,7%	25,8%
FPE	2.676.887,6	2.869.973,9	13.099.967,5	3.291.121,3	3.462.800,3	16.477.796,9	5,2%	20,7%	25,8%
IPI-Exp	199.272,8	198.394,1	961.929,1	255.019,8	258.628,6	1.193.036,1	1,4%	30,4%	24,0%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MAIO	- 2,0 %	+ 5,2 %	- 2,0 %	+ 5,2 %	- 12,0 %	+ 1,4 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	JUN/MAI	JUL/JUN	AGO/JUL
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 5,0 %	- 23,0 %	+ 12,0 %
IPI - EXP	- 1,0 %	- 7,0 %	+ 2,0 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2008 a 20/05/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
ABR/3º DEC	693.869	11.500.057	12.193.926	MAI/1º DEC	2.141.138	2.240.725	56.668	<b>4.438.531</b>
MAI/1º DEC	743.876	3.905.575	4.649.451	MAI/2º DEC	816.399	854.371	60.752	<b>1.731.523</b>
MAI/2º DEC	1.729.006	1.148.503	2.877.510	MAI/3º DEC	505.263	528.764	141.208	<b>1.175.235</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.166.752</b>	<b>16.554.135</b>	<b>19.720.886</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.462.800</b>	<b>3.623.861</b>	<b>258.629</b>	<b>7.345.290</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	19.061,0	118.462,4	32,1
ALAGOAS	AL	86.221,6	144.056,0	910,2
AMAZONAS	AM	53.422,7	96.626,0	3.608,1
AMAPÁ	AP	13.981,9	118.150,7	171,8
BAHIA	BA	329.049,9	325.371,6	18.021,0
CEARÁ	CE	189.355,4	254.062,2	2.258,7
DISTRITOFEDERAL	DF	6.014,7	23.900,2	203,2
ESPÍRITOSANTO	ES	62.514,0	51.942,0	11.548,8
GOIÁS	GO	131.587,8	98.450,9	3.415,6
MARANHÃO	MA	151.306,9	249.951,9	3.040,6
MINASGERAIS	MG	475.879,4	154.250,4	30.873,8
MATOGROSSODOSUL	MS	55.174,9	46.124,5	1.544,7
MATOGROSSO	MT	66.212,1	79.918,0	3.190,9
PARÁ	PA	130.742,3	211.646,4	13.050,4
PARAÍBA	PB	117.088,3	165.830,0	608,6
PERNAMBUCO	PE	182.617,6	238.940,1	1.713,1
PIAUI	PI	90.228,1	149.641,5	72,1
PARANÁ	PR	246.173,3	99.839,5	25.227,2
RIODEJANEIRO	RJ	107.248,9	52.901,2	37.145,2
RIOGRANDEDONORTE	RN	91.453,3	144.672,3	538,0
RONDÔNIA	RO	31.790,5	97.498,6	557,4
RORAIMA	RR	11.085,1	85.901,7	12,3
RIOGRANDEDOSUL	RS	246.152,8	81.542,0	31.096,2
SANTACATARINA	SC	140.876,1	44.316,9	17.700,6
SERGIPE	SE	54.069,8	143.889,7	253,8
SÃO PAULO	SP	478.953,4	34.628,0	51.725,7
TOCANTINS	TO	55.599,1	150.285,5	108,6
<b>TOTAL</b>		<b>3.623.860,9</b>	<b>3.462.800,3</b>	<b>258.628,6</b>

Obs.: Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026  
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br

## Boletim FUNDEB

### Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 5 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

MAIO / 2008

Em maio de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.300.349 (mil), ante R\$ 5.376.381 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -1,4% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento os decréscimos da ordem de -8% do IPVA e de -9% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Origem	R\$ Mil					
	Maio	Participação	Abril	Participação	Variação	
FPM	813.338	15,3%	773.015	14,4%	5,2%	
FPE	777.190	14,7%	738.659	13,7%	5,2%	
IPI-EXP	58.047	1,1%	57.237	1,1%	1,4%	
LC 87/96	29.786	0,6%	29.786	0,6%	0,0%	
ITR	418	0,0%	305	0,0%	36,8%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	317.400	6,0%	159.854	3,0%	98,6%	
IPVA	1.656.792	31,3%	1.802.789	33,5%	-8,1%	
ITCMD	12.868	0,2%	17.250	0,3%	-25,4%	
ICMS	1.634.508	30,8%	1.797.486	33,4%	-9,1%	
TOTAL	5.300.349	100,0%	5.376.381	100,0%	-1,4%	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: [fundeb@mec.gov.br](mailto:fundeb@mec.gov.br);
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica  
DEFINEB/SEB/MEC - Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510  
CEP 70.047-900 - Brasília – DF

## Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	19.858.750	11.042.494	30.901.243	4.271.232	2.375.026	6.646.259
AL	18.480.222	44.823.515	63.303.736	6.729.112	16.321.366	23.050.478
AM	16.737.017	20.271.202	37.008.218	29.681.998	35.949.642	65.631.641
AP	22.187.360	7.628.287	29.815.647	1.219.373	419.236	1.638.609
BA	70.215.511	154.519.408	224.734.920	42.846.874	94.290.756	137.137.630
CE	34.824.119	107.677.633	142.501.752	15.885.590	49.118.911	65.004.501
DF	7.002.451	-	7.002.451	-	-	-
ES	10.686.397	18.867.971	29.554.369	32.023.479	56.540.859	88.564.338
GO	27.390.161	25.432.593	52.822.754	53.213.897	49.410.712	102.624.609
MA	43.569.879	127.470.482	171.040.361	9.025.413	26.405.256	35.430.669
MG	86.096.763	66.157.569	152.254.331	196.501.659	150.993.740	347.495.399
MS	11.152.327	12.319.356	23.471.682	25.691.437	28.379.903	54.071.339
MT	18.421.392	15.702.082	34.123.474	40.507.434	34.527.848	75.035.282
PA	51.128.181	105.687.195	156.815.376	19.233.187	39.756.970	58.990.157
PB	28.226.155	39.689.078	67.915.233	13.937.435	19.597.565	33.535.000
PE	46.293.738	65.805.903	112.099.641	37.937.060	53.927.002	91.864.062
PI	21.858.406	45.086.397	66.944.804	5.814.430	11.993.177	17.807.607
PR	47.666.815	38.679.356	86.346.170	125.487.064	101.826.789	227.313.853
RJ	17.332.120	28.702.778	46.034.898	96.400.846	162.910.240	259.311.086
RN	22.810.343	30.417.333	53.227.675	14.632.359	19.512.084	34.144.442
RO	16.355.581	12.927.056	29.282.637	10.427.641	8.241.756	18.669.397
RR	16.420.901	5.368.204	21.789.104	3.113.694	1.017.907	4.131.601
RS	46.483.895	37.065.562	83.549.456	133.315.168	106.303.519	239.618.687
SC	24.231.963	22.383.753	46.615.716	64.484.726	59.566.373	124.051.099
SE	18.768.867	25.794.486	44.563.353	7.619.457	10.471.596	18.091.054
SP	77.855.746	58.337.759	136.193.505	663.318.320	496.814.542	1.160.132.861
TO	27.158.332	19.108.663	46.266.995	8.321.989	5.855.370	14.177.359
<b>TOTAL</b>	<b>849.213.390</b>	<b>1.146.966.113</b>	<b>1.996.179.502</b>	<b>1.661.640.874</b>	<b>1.642.528.147</b>	<b>3.304.169.021</b>

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)